

Dinossauros, pirâmides e sintomas: similaridades de objeto e método entre a psicanálise clínica e as ciências históricas

Dinosaurs, pyramids and symptoms: similarities of object and method between clinical psychoanalysis and the historical sciences

Hugo Tannous¹

Resumo

Desde o surgimento da psicanálise, filósofos identificaram problemas nas pretensões epistemológicas de seu método clínico ou ao menos na disposição das comunidades psicanalíticas para superar as fragilidades epistemológicas de tal método. Dessa forma, muitos ainda investigam até que ponto e por que razões os dados produzidos pelo método clínico-psicanalítico seriam capazes de sustentar de forma sólida ou cogente hipóteses sobre o comportamento de indivíduos e classes de indivíduos, bem como sobre algumas operações da mente humana em geral. Um dos caminhos para se elaborar a lógica vigente e potencial presente tanto na geração quanto na justificação de hipóteses em determinada ciência é através da comparação desta a ciências que lhe sejam aparentadas. A psicanálise clínica tem sido exaustivamente comparada às ciências históricas desde Freud, decerto porque ambos os campos lidam com objetos inconstantes e porque ambos fazem inferências causais de forma retrospectiva. Algumas implicações dessa comparação, no entanto, ainda restam a ser devidamente exploradas. Neste artigo, mostramos inicialmente como essa comparação é duradoura e rica na história da psicanálise. Em segundo lugar, caracterizamos o modelo abduutivo, ou explicacionista, que a epistemóloga Carol Cleland propôs para esclarecer os poderes e limites do método de inferência causal de historiadores do mundo natural e discutimos como tal modelo esclareceria também o método de inferência causal dos psicanalistas clínicos. Apresentamos, por fim, argumentos de outro epistemólogo, Aviezer Tucker, segundo o qual um Explicacionismo rigoroso nas ciências históricas seria também um Bayesianismo, e indicamos que a fundamentação da psicanálise clínica através de um Explicacionismo bayesiano é promissora. Concluimos que discussões como esta fornecem vigorosas réplicas a críticas positivistas ao método psicanalítico, como a de Adolf Grünbaum, como também afastam a comunidade psicanalítica de uma retórica improdutiva, a saber, a que retrata aquele método como radicalmente singular em relação a todos os outros métodos científicos.

Palavras-chave: psicanálise clínica; ciências históricas; Inferência à Melhor Explicação; Bayesianismo; Adolf Grünbaum.

Abstract

Since the outset of psychoanalysis, philosophers have identified problems in the epistemological pretensions of its clinical method or at least in the disposition of psychoanalytic communities to overcome its epistemological shortcomings. Thus, many still investigate to which degree and by which rationale the data ensued by the clinical-psychoanalytic method would be able to soundly or cogently support hypotheses about

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007-2011). Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014-2021).

the behavior of individuals and classes of individuals as well as about some operations of the human mind in general. One of the ways to elaborate the actual and the potential logic of both the generation and the justification of hypotheses in a certain science is through its comparison to sciences that are akin to them. Clinical psychoanalysis has been exhaustively compared to the historical sciences since Freud, certainly because both fields deal with inconstant objects and because the causal inferences of both fields are retrospective. Some implications of this comparison, however, are yet to be properly explored. In this paper, we first show how this comparison is long-lasting and rich in the history of psychoanalysis. Secondly, we characterize the abductive, or explicationist, model that the epistemologist Carol Cleland has proposed to elucidate the powers and limits of the method of causal inference of historical natural scientists and we discuss how such a method would also elucidate the method of causal inference employed by clinical psychoanalysts. Finally, we present the arguments of another epistemologist, Aviezer Tucker, according to whom a rigorous Explicationism in the historical sciences would also be a Bayesianism, and we indicate that grounding clinical psychoanalysis through a bayesian Explicationism is a promising endeavour. We conclude that discussions like these provide vigorous responses to positivistic critiques of the psychoanalytic method, such as Adolf Grünbaum's, as well as move the psychoanalytic community away from an unproductive rhetoric, namely, the one which portrays that method as radically singular in relation to all other scientific methods.

Key-words: clinical psychoanalysis; historical sciences; Inference to the Best Explanation; Bayesianism; Adolf Grünbaum.

1. Introdução

Desde o surgimento da psicanálise, filósofos argumentam que seu método clínico é incapaz de sustentar de forma sólida ou cogente hipóteses sobre o comportamento de indivíduos e classes de indivíduos, bem como sobre algumas operações da mente humana em geral. O mais influente dentre eles foi o filósofo da ciência germano-estadunidense Adolf Grünbaum (1989, 1993), que argumentou pela fragilidade da fundamentação lógica e empírica que Freud e freudianos deram para algumas de suas hipóteses mais relevantes, como a hipótese implícita de que afinidades temáticas entre produtos mentais indicam relações causais internas e desvelam, portanto, motivações. Segundo Grünbaum (1989), nem Freud nem freudianos deram justificção alguma para a eliminação da hipótese alternativa de que algumas afinidades temáticas entre produtos mentais seriam, simplesmente, incidentais ou não-motivadas, ou seja, de que compreenderiam cadeias causais apartadas umas das outras.

O psicanalista Edward Glover (1952) argumentou que os problemas do método clínico da psicanálise se determinam não só pelas condições e operações que lhe são inerentes e que impossibilitam psicanalistas de empregar algumas das formas mais comuns de controle científico; esses problemas também se determinariam por um hábito ou uma cultura desses seus representantes, o de se recusar a empregar, na coleta e análise

de dados clínicos, aquelas formas de controle científico que seriam perfeitamente compatíveis com o método. Logo, nesse método clínico haveria, de um lado, problemas inerentes e, de outro, problemas apenas contingentes. Podemos afirmar que uma das tarefas da epistemologia da psicanálise é assumir os primeiros e tentar, na contramão de hábitos e culturas, resolver os segundos. Mas como polir esse método sem distorcê-lo?

Para polirmos a lógica presente tanto na geração quanto na justificação de hipóteses em certa ciência sem perdermos de vista sua dimensão concreta, optemos pela estratégia de compará-la a outras ciências, ciências que sejam mais antigas que ela, mas também com ela parecidas em alguns aspectos relevantes. A psicanálise clínica é exaustivamente comparada às ciências históricas desde Freud, decerto porque ambas lidam com objetos instáveis², e porque, devido a limites práticos e éticos, ambas fazem inferências causais de forma majoritariamente retrospectiva. Comparemos, assim, a psicanálise clínica às ciências históricas.

Por que essa estratégia seria recompensadora? Bem, porque é temperante, ponderada; não inspira nem corrupção nem letargia; não quer que a psicanálise clínica ignore nem a especificidade nem a generalidade de seu objeto. Além disso, tendo as ciências históricas vivido tantas estações, é provável que nela um grande número de pessoas tenha refletido sobre problemas de método e assim proposto ricas soluções para esses problemas. Se são ciências parecidas entre si em aspectos relevantes, é razoável esperar que as soluções de um lado possam ser utilizadas no outro. Por que não tomar um atalho?

2. A antiguidade das comparações da psicanálise clínica com as ciências históricas

Encontramos uma aproximação entre as ciências históricas e o método clínico freudiano quando este ainda não era plenamente freudiano. Em “A etiologia da histeria”, Freud (1896/2006) nos convida a imaginar um viajante que se depara com uma área repleta de ruínas – “restos de paredes, fragmentos de colunas e lápides com inscrições meio apagadas e ilegíveis” – e a presumir os dois tipos de método que ele poderia utilizar para compreender de que monumentos tais ruínas outrora fizeram parte, que funções cumpriram e a que eventos estiveram relacionadas. Um dos métodos consistiria em inspecionar sua parcela visível e em interrogar a população que vive em suas cercanias

² Poderíamos inclusive sustentar que o conceito de “histórico” já inclui o conceito de “instável”: é a instabilidade de um objeto que demonstra sua historicidade. A apreensão do tempo e de sua passagem seria, nesse sentido, apenas a apreensão das variações que percebemos e conjecturamos na realidade.

sobre o que sabem de sua história e significado. Mas o explorador poderia também liderar a escavação dessas ruínas até que se tornassem autoexplicativas: paredes e colunas destruídas mostrar-se-iam partes de palácios e templos, enquanto inscrições, bilíngues e portanto decifráveis, informariam “sobre os eventos do mais remoto passado em cuja homenagem os monumentos foram erigidos”. O primeiro método, menos extenuante, mas também carregado de vieses, seria análogo à entrevista que o médico dos nervos mantém com seus pacientes “a fim de descobrir a que influências danosas eles próprios atribuem seu adoecimento”, enquanto o segundo, moroso, mas poderoso, seria análogo ao método catártico de Breuer, que fazia “a atenção do paciente retroagir desde seu sintoma até a cena na qual e pela qual o sintoma surgiu”. “*Saxa loquuntur!*”, cita Freud – “as pedras falam!”³ (Freud, 1896/2006, pp. 189-191).

Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930/2010) defende que, em nosso desenvolvimento psíquico, algo primitivo sempre sobrevive junto ao que o sucede, já que, bem, o mesmo ocorre no desenvolvimento das espécies biológicas! Escreve ele que “os grandes sáurios se extinguiram e deram lugar aos mamíferos, mas um autêntico representante daquela família, o crocodilo, ainda vive entre nós” (p. 20). Para ele, essa analogia só não seria tão satisfatória porque a conservação do primitivo é *ainda mais frequente e radical* no âmbito mental do que no espetáculo descrito por Darwin. Tão frequente e radical que nem seria preciso demonstrar aquela conservação “mediante exemplos” (p. 20). Freud ali também compara uma entidade psíquica à cidade de Roma, já que esta conserva muito de seu passado até hoje (não à toa seu apelido é Cidade Eterna). Mas então, novamente, a entidade psíquica tem uma vantagem: suas construções não têm a consistência de um Coliseu ou de uma Fonte de Trevi e, como em uma estória sobre universos paralelos ou sobre fantasmas, podem se sobrepor, ilesas, a construções mais antigas.

Ao nos defrontarmos com essas marcantes imagens em textos tão cardinais, não nos surpreendemos com o fato de que muitos tenham sugerido paralelismos entre as condutas do historiador e do psicanalista. Em seu clássico *O método psicanalítico e a doutrina de Freud*, Roland Dalbiez (1936/1947) discute os critérios implicitamente utilizados por psicanalistas para a geração e avaliação de interpretações clínicas, critérios que nos permitiriam descartar a objeção de arbitrariedade muitas vezes levantada contra

³ E, como escreveu a poeta Viviane Mosé (2007): “A maioria das doenças que as pessoas têm/São poemas presos/Abscessos, tumores, nódulos, pedras/São palavras calcificadas, poemas sem vazão [...]”.

tais inferências causais; entre eles estão os graus de semelhança, frequência e convergência encontrados nas associações de um determinado paciente. Ele foi um dos primeiros filósofos pós-freudianos a apontar que “o critério de semelhança é empregado, fora da psicanálise, em pesquisas muito diversas, que se estendem *da geologia à polícia científica passando pela linguística, e nas quais se propõe filiar um índice à sua causa*” (Dalbiez, 1936/1947, p. 109, *itálicos meus*). Dalbiez (1947) parte de Raymond de Saussure (1925)⁴ para enunciar um princípio compartilhado por todas essas tradições de pesquisa: o de que “a semelhança implica numa relação de causalidade seja direta, seja indireta” (Dalbiez, 1936/1947, p. 110).

Em *Da interpretação: ensaio sobre Freud*, Paul Ricoeur (1977) sugeriu o paralelo mais diretamente que Dalbiez, a propósito seu “primeiro mestre de filosofia” (Ricoeur, 1991, p. 221). Em reação ao argumento de Ernest Nagel sobre a inverificabilidade das hipóteses em psicanálise, Ricoeur (1977) se esforça para afastá-la do regime epistemológico das ciências naturais – apelidadas por ele de “ciências de observação” ou “ciências de fato” – e, ao fazer isso, lança-a ao campo das ciências históricas. O francês argumenta que, em casos clínicos tomados pela psicanálise, não encontramos sequências de fatos uniformemente verificáveis por observações independentes, mas histórias singulares, e entre elas tão somente “tipos”, quem sabe “mais próximos, do ponto de vista epistemológico, dos tipos de Max Weber, que permitem dar à compreensão histórica o caráter de inteligibilidade sem a qual a história não seria uma ciência”. Conclui ele que “não é [...] à teoria dos genes ou dos gases que se deve comparar a teoria analítica, mas a uma teoria da motivação histórica”, portanto que “a validade das interpretações em psicanálise reclama o mesmo gênero de questões que a validade de uma interpretação histórica ou exegética” (Ricoeur, 1977, pp. 303-304).

Depreendemos da caracterização por Carlo Ginzburg (1989) de um paradigma que ele batizou de indiciário a possibilidade de uma harmonia entre a psicanálise e as ciências históricas, na medida em que, segundo ele, trata-se de um paradigma que se manifesta tanto na atitude do clínico quando na do historiador. Ginzburg demonstra as convergências e influências entre o método de Freud, o método proposto pelo historiador da arte Giovanni Morelli, para identificar a autoria de pinturas, e o método criminológico do personagem criado por Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes: nos três casos há a

⁴“As associações [...] trazem frequentemente acontecimentos recentes que têm tanta analogia com a imagem onírica como a hipótese mais provável é sempre aquela que liga os dois fatos por um laço de causalidade” (de Saussure, 1925, p. 49, como citado em Dalbiez, 1947, p. 109).

prática de um paradigma indiciário, isto é, de um paradigma que faz inferências sobre causas do passado a partir de suas consequências mais reveladoras. Assim como o método morelliano e o holmesiano, o freudiano é um método interpretativo centrado em “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais”, em “dados marginais” (Ginzburg, 1989, pp. 149-150), reveladores porque produzidos em momentos em que o controle mental do paciente, do artista ou do criminoso se afrouxa para dar lugar a traços idiossincráticos sem que eles se deem conta disso. Ginzburg nos oferece provas da admiração de Freud por Morelli e pela criação de Conan Doyle e explica a tripla analogia por uma causa comum simples: todos esses homens tinham formação em medicina, pela qual foram educados “a diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo” (Ginzburg, 1989, p. 151). E, complementa o autor, “o historiador é comparável ao médico”, já que ambos possuem estratégias e códigos “intrinsecamente individualizantes” e um conhecimento “indireto, indiciário, conjectural” (Ginzburg, 1989, p. 157). O autor ainda cita o darwinista Thomas Huxley para afirmar que “disciplinas [...] profundamente permeadas pela diacronia”, como a história, a arqueologia, a paleontologia, a geologia e a astronomia fazem “profecias retrospectivas”; as causas envolvidas nelas “não são reproduzíveis” e “só resta inferi-las a partir [...] [de seus] efeitos” (Ginzburg, 1989, p. 169).

Uma profusão de outros autores defenderam paralelismos entre a psicanálise e a historiografia, como demonstra Edwin Wallace (1985, p. 1):

O decano dos historiadores da medicina dos Estados Unidos, Henry Sigerist, em sua introdução de 1935 ao “*Medical Man and the Witch in the Renaissance* [O médico e a Bruxa na Renascença]”, de Zilboorg, observou as marcantes similaridades entre os procedimentos de historiadores acadêmicos e psiquiatras dinâmicos. O historiador Hughes (1964, p. 47) concorda, afirmando que “psicanálise é História”. Da mesma forma, o ex-presidente da Associação Histórica Americana, William Langer (1958), os filósofos da História Meyerhoff (1962) e Walsh (1969) [...] e os psicanalistas Schmidl (1962), Wolman (1971), Novey (1968), Schafer (1976, 1978), e Leavy (1980) escreveram sobre afinidades entre as duas disciplinas. Creio que psicanalistas clínicos há muito sentiram que estão praticando o que Loewald (1977) chamou de “a história do indivíduo”.

É no livro em que o psicanalista e historiador Wallace (1985) escreve essas palavras, a propósito, que encontramos um tratamento mais compreensivo e sistemático da nossa analogia do que a de todos os autores citados até aqui. Em *Historiography and Causation in Psychoanalysis* (Historiografia e Causação em Psicanálise), Wallace defende que tanto a psicanálise quanto a historiografia interessam-se pelas *ocorrências humanas simbolicamente mediadas* e buscam compreendê-las através de uma *perspectiva diacrônica*. Por serem simbolicamente mediados, os objetos dessas duas ciências envolveriam elementos ocultos, como pensamentos e emoções. Ambas as ciências, portanto, lidariam não com *fatos*, mas com *vestígios*, com *indícios de fatos*. Ambas fariam interpretações de outras interpretações, e não de relatos apurados. Em ambas haveria seleção, ordenação e elaboração de um material que pelo menos um cronista ou arquivista já selecionou, ordenou e elaborou, consciente ou inconscientemente. Para se compreender o enunciado do paciente, deve-se estar atento às circunstâncias do enunciado, a como sua enunciação satisfaz seus interesses conscientes e inconscientes; o mesmo vale para as fontes humanas do historiador.

Wallace imagina uma possível objeção ao seu argumento: faria sentido falarmos em uma história da realidade *psíquica*? Sim, ele responde ao hipotético adversário, uma vez que não só interações públicas, mas também as *fantasias sobre essas interações*, possuem uma história; a coloração de um evento por desejos e defesas também é parte da história do evento. Ademais, lembranças e registros em que um evento é reproduzido rigorosa e integralmente não existem, o que é consenso entre freudianos, cognitivistas, neurocientistas em geral e historiadores das mais diversas escolas; sabemos que os limites entre o “mundo de fora” e o “mundo de dentro” são vagos e cambiantes e que a nossa mente *sempre* antecipa, reduz e reorganiza os estímulos aferentes (ver Solms, 2021).

Outra possível objeção a uma aproximação entre historiografia e psicanálise clínica, diz Wallace, é a de que esta não lidaria com o passado em um sentido estrito: as evidências da psicanálise clínica seriam produzidas no presente e determinadas por conflitos do presente. Se as ciências históricas fizessem o mesmo, cometeriam o crime do “presentismo”, também chamado de “anacronismo” ou “whiggismo” – a tendência epistemologicamente danosa de interpretar o passado com valores e conceitos do presente. Mas, insiste ele, o psicanalista só compreende plenamente o presente se o vê como uma referência ao passado, como um rastro que, em algum grau, retém esse passado. Como o historiador, o psicanalista luta para inferir o passado através de suas marcas no presente (Wallace, 1985).

Mas Wallace também reconhece discrepâncias irreduzíveis entre as disciplinas: grande parte dos historiadores, a saber, todos aqueles que não são biógrafos, interessam-se mais por culturas e períodos do que por personalidades⁵; e, mais notavelmente, o documento, artefato ou fóssil dos historiadores é inanimado. O dos analistas, não: o paciente é um “documento” que responde às perguntas e interpretações do analista, complexificando-se e modificando-se a partir disso. Logo, “a metáfora do paciente como documento é apenas aproximada” (Wallace, 1985, p. 113). O paciente, diz Wallace, não é bem um documento, mas um *palimpsesto*, um papel antigo cujo texto já foi apagado uma ou mais vezes para permitir sua reutilização.

É possível aprofundar o argumento de Wallace com outras metáforas. O paciente é um documento ou relíquia que ganha vida; um amuleto que conversa com o “historiador” e que, através de atos transferenciais e de trabalho analítico, abre portais para que se alcancem outras relíquias, perdidas em calabouços (as quais com sorte se desvanecerão assim que tiverem cumpridos seus imemoriais e tenebrosos propósitos). O paciente é, não mero papiro ou mero vaso, mas um “aletiômetro”⁶ ou “vira-tempo”⁷. O historiador *stricto sensu* não tem essas magias ou insondáveis tecnologias à sua disposição.

Essas diferenças de objeto desvelam tanto uma vantagem quanto uma desvantagem epistemológica da psicanálise clínica em relação à historiografia: os dados que um objeto de investigação com vida pode nos fornecer são mais abundantes e mais ricos que os de um objeto sem vida, mas são também mais complicados, uma vez que afetados por variáveis mais difíceis de se isolar. De qualquer modo, temos aqui demonstradas similaridades significativas entre os dois campos. Wallace inclui em seu

⁵ Quando afirma que se deve comparar a teoria analítica a uma teoria da motivação histórica, Ricoeur (1977, p. 304) complementa que o que faz dela específica entre outras teorias da motivação histórica é que ela “limita sua investigação à semântica do desejo”.

⁶ Referência ao objeto fantástico presente na obra ficcional de Philip Pullman (“*alethiometer*”). É uma espécie de bússola que aponta para a verdade através de símbolos quando, também através de símbolos, se registra nele uma pergunta (Pullman, 2003).

⁷ Referência ao objeto fantástico presente na obra ficcional de Joanne Rowling (“*time-turner*”) (Rowling, 1999). Ao levarmos essa metáfora adiante, aquele famoso tropo de histórias sobre viagens no tempo em que o caráter paradoxal de ações no passado é ou resolvido ou aprofundado seria a própria essência do tratamento psicanalítico. Por exemplo, se alguém por magias ou insondáveis tecnologias voltasse ao passado para matar um tirano e evitar assim as catástrofes de seu presente, os motivos que então levariam esse alguém a fazer um dia essa viagem ao passado, as catástrofes, também não ocorreriam, portanto o tirano não seria morto e as catástrofes ocorreriam, e assim por diante. As falas e atos do analista tornam-se parte da memória do paciente à medida que ela é revisitada e reelaborada, para que o motivo que levou o paciente ao tratamento deixe de existir. Aqui, na verdade, não há paradoxo, já que o paciente passa a ter “um novo passado” (memórias reelaboradas) não a partir do passado mesmo, como na fantasia, mas a partir do presente.

estudo, porém, apenas as ciências históricas que versam sobre *culturas humanas* e apenas suas abordagens estritamente *narrativistas*. Resta a ser explorada uma comparação entre a psicanálise clínica e as ciências históricas em um sentido amplo, que inclui aquelas que se voltam para *eventos naturais* e que utilizam abordagens *mais evidencialistas*. Faremos agora, portanto, uma breve exploração desse tipo através de um modelo que a epistemóloga Carol Cleland elaborou para esclarecer a forma com que os historiadores das ciências naturais fazem inferências causais.

3. Dinossauros e sintomas: o Explicacionismo nas ciências históricas e na psicanálise clínica

A partir da apresentação dos princípios inferenciais onipresentes em mentes de historiadores do mundo natural, segundo Carol Cleland (2002, 2011), demonstraremos que tais princípios são similares aos onipresentes em mentes de psicanalistas clínicos. Para a descrição e a justificação de tais princípios, Cleland se inspira sobretudo no famoso processo inferencial que nos indicou a hipótese mais provável para a causa da extinção dos dinossauros. É impossível, ao menos com a tecnologia que temos hoje, testemunhar a extinção dos dinossauros ou a manifestação do sentimento que acometeu um paciente adulto em um momento específico de sua infância. Veremos agora, no entanto, que a existência e o teor desses dois tipos de eventos são plenamente passíveis de fundamentação.

Em seu livro, Wallace (1985, p. 81) escreve que

a embriologia e a psicologia do desenvolvimento e as ciências genéticas – a história, a psicanálise, a arqueologia, a biologia evolucionária, a paleontologia e a geologia histórica – fornecem evidências consideráveis de que estruturas psicológicas, sociais, biológicas e geológicas emergem de forma historicamente contínua a partir de precursores cujas marcas elas ainda carregam.

O próprio Wallace reconhece, portanto, que essa premissa de que o passado, em grau significativo, escapa da brutalidade do tempo, o que nos permite falar de um “determinismo histórico”, não está presente apenas na História do mundo humano, social, aquela que conhecemos apenas como “História” no ensino básico – ele reconhece que existe uma História também de coisas que não são humanas ou sociais. Frequentemente nos esquecemos que existem ciências históricas *da natureza*, ou pelo menos ciências da

natureza com troncos históricos. Além dessas citadas por Wallace, temos também (o que já vimos sugerido por Ginzburg) a planetologia, a astronomia e a astrofísica. Não é por não serem bem divulgadas que muitos de nós não consideram essas ciências também ciências históricas. As hipóteses da Pangeia e do *Big Bang* são famosas, e o senso comum tem consciência de que nenhum cartógrafo pisou na Pangeia e de que nenhum astrofísico levou um equipamento sofisticado até o início dos tempos. Ainda assim, essas hipóteses não são geralmente vistas como o resultado do mesmo tipo de raciocínio que nos fornece hipóteses sobre, por exemplo, os valores domésticos correntes na antiga Pérsia. Ao senso comum, parece que aquelas hipóteses provêm da experimentação – ora, não seria todo conhecimento produzido pelas ciências naturais fruto da experimentação?

Cleland (2011, p. 552) é contundente em sua negativa a essa pergunta, em sua defesa de que “algumas das práticas mais disseminadas das ciências naturais históricas não se parecem com aquelas da ciência experimental padrão”. Mas, se aquelas práticas são tão distintas e seus resultados tão reconhecidos e celebrados, por que filósofos da ciências se interessam pouco por elas? Talvez porque a ala experimentalista das ciências naturais expresse por vezes o preconceito de que a comprovação fornecida *ex post facto* não é tão cogente quanto a capitalizada pela “boa ciência”, controlada e prospectiva. Ela mesma uma filósofa da ciência, Cleland (2011, p. 554) alega, no entanto, que “os achados da ciência histórica são tão incertos [*tentative*] e sujeitos à revisão quanto aqueles da ciência experimental”. Uma prática não pode ser considerada mais racional e objetiva do que outra simplesmente porque uma é moldada para lidar com um tipo de dado e outra, com outro tipo (Cleland, 2002).

Segundo Cleland (2002, 2011), os historiadores das ciências naturais fazem basicamente duas coisas: deparam-se com vestígios enigmáticos e tentam explicá-los a partir de hipóteses sobre eventos remotos, multifacetados e singulares. Como seria impossível, quando não imoral, reproduzir tais hipóteses causais em quaisquer escalas significativas, o expediente desses cientistas seria bastante diferente de um expediente experimental. Um de seus pressupostos mais ou menos conscientes, defende ela, é o de que, quanto mais improvável uma associação em um conjunto de vestígios, mais provável torna-se a hipótese de que essa associação comporta relações causais, isto é, de que faz parte de uma mesma rede causal. Assim, ao toparem com uma estrutura *incomum* e *recorrente*, tais historiadores propõem algumas hipóteses causais para explicá-la e iniciariam uma busca por outros vestígios que ampliassem ou refinassem essa estrutura e

fizessem, no horizonte, com que apenas uma dessas hipóteses emergisse como a mais provável.

Aviezer Tucker (2004, pp. 102-103) concorda a seu modo com esse modelo, mas distingue nele um par de etapas com méritos independentes. Ele distingue a inferência de que houve *alguma* causa comum para um determinado conjunto de vestígios da inferência sobre as *propriedades específicas* dessa causa comum. “Uma coisa é dizer, como Darwin, que homem e macaco tiveram algum ancestral comum. Outra bem diferente é inferir descrições de algumas das propriedades daquele ancestral, como biólogos evolucionários contemporâneos fazem”.

Cleland (2002) usa o termo “arma fumegante” (“*smoking gun*”) para denominar aqueles vestígios emergentes que, nas ciências históricas, reduzem o número de explicações possíveis dentre as já elaboradas para a estrutura outrora descoberta. Vestígios cumprem a função de “arma fumegante” quando incrementam essa estrutura e fazem com que ela, em sua totalidade, se torne congruente mais com uma parte daquela lista de hipóteses – idealmente, mais com uma das hipóteses da lista – do que com a lista toda. O termo se refere metaforicamente à arma que encontramos na mão de alguém que acabou de cometer com ela um assassinato: o vistoso gás saindo de seu cano é um índice (praticamente) conclusivo da autoria do crime mesmo que não tenhamos testemunhado o gatilho sendo puxado e a vítima sendo atingida. Embora a busca por uma “arma fumegante” seja a parte mais difícil da pesquisa histórica, seria sempre possível encontrar uma para um evento do passado, mesmo quando esse passado é bastante remoto e seus vestígios, bastante tênues. A filósofa enfatiza que um vestígio só é uma “arma fumegante” *em relação a um grupo específico de explicações rivais*; uma “arma fumegante” nunca poderia contradizer uma hipótese isolada e, por isso, “há pouco na prática das ciências históricas que se compare ao que é prescrito pelo falsificacionismo” (Cleland, 2002, p. 483). Ademais, um vestígio pode deixar de ser considerado uma “arma fumegante” com o advento de novas evidências e novas hipóteses (Cleland, 2002).

Assim, a última etapa apontada por Tucker (2004), aquela em que há inferência sobre as propriedades específicas da causa comum, seria composta ela mesma por duas etapas: (1) a geração cuidadosa de hipóteses rivais que configurem explicações particulares para o desconcertante conjunto de sinais encontrados em campo; (2) a busca por uma “arma fumegante” que discrimine a melhor de tais explicações.

Em diversas ciências, incluindo as humanas, bem como no senso comum, autores diversos já haviam identificado esse padrão de inferência que Cleland viu em

paleontólogos, geólogos, biólogos, cosmólogos, etc., e que já recebeu três diferentes nomes: Inferência à Melhor Explicação (IME), inferência por Abdução e Explicacionismo. Na epistemologia clássica, a inferência deve preceder a explicação; no Explicacionismo, ao contrário, é razoável que a explicação conduza a inferência. Concebia-se que obter um reservatório de inferências já sólidas ou cogentes seria condição para se propor uma explicação; desse modo, deveríamos estar certos em relação a uma informação antes que dela nos servíssemos para explicar algo. Peter Lipton (2004) argumenta, no entanto, que esse modelo, apesar de plausível, subestima o papel central que considerações explanatórias exercem em nossas inferências cotidianas. O filósofo fala da situação na qual supomos a partir de um padrão de rastros no solo nevado que pessoas passaram por ali com sapatos adaptados como um exemplo de inferência que não se encaixa na concepção clássica. Em casos como esse,

não é simplesmente que os fenômenos a serem explicados forneçam razões para inferirmos as explicações: inferimos as explicações precisamente porque elas, se fossem verdadeiras, explicariam o fenômeno. É claro que há sempre mais de uma possível explicação para qualquer fenômeno – os rastros podem ter sido causados por um macaco treinado a usar os sapatos adaptados [*snowshoes*], ou pelas elaboradas gravuras de um artista ambiental – logo não podemos inferir algo simplesmente porque é uma explicação possível. Ela deve de alguma forma ser a melhor das explicações possíveis (Lipton, 2004, p. 56).

Esse eminente papel de considerações explanatórias na inferência aponta para um “novo modelo de indução” (Lipton, 2004, p. 56). Segundo o modelo do Explicacionismo, é razoável que primeiro busquemos explicar certos dados através do nosso capital epistemológico implícito e só então inferir algo como sendo verdadeiro ou correto sobre eles; ele reconhece e autoriza a presunção de que, se uma proposição é a que melhor explica a evidência, logo ela deve ser verdadeira ou correta.

Vejamos agora como Cleland (2002, 2011) destaca o caráter explicacionista das ciências naturais históricas ao relatar um conhecido episódio da paleontologia: a progressiva credibilidade da Hipótese Alvarez. Em 1980, havia muitas hipóteses sobre o porquê da extinção dos dinossauros, entre elas as que compunham cenários globais de infecções microbianas, mudanças climáticas, atividades vulcânicas e impactos asteroidais. Foi então que pai e filho Luis e Walter Alvarez encontraram uma “arma

fumegante”: uma *altíssima* quantidade do metal irídio por *toda* aquela camada de matéria depositada na Terra logo após a extinção dos dinossauros, o limite K-T (assim chamado porque fica entre as camadas depositadas nos períodos Cretáceo e Terciário). Aquela quantidade e disseminação de irídio era tão incomum na Terra que só podia ser explicada pela ação de vulcões ou de objetos celestes; isto é, sua constatação aumentou a probabilidade de que ou vulcões ou asteroides tivessem sido a principal causa da extinção dos “terríveis lagartos”.

A essa “arma fumegante” seguiram-se três, que por fim reduziram as duas hipóteses a apenas uma: a descoberta de extensos depósitos, também no limite K-T, de um tipo de quartzo encontrado apenas em crateras de asteroides e em lugares onde houve explosões nucleares (Bohor, Foord, Modreski e Triplehorn, 1984; Alexopoulos, Grieve e Robertson, 1988); a descoberta de uma cratera de dimensão e idade congruentes com a Hipótese Alvarez (a cratera Chicxulub, no México); por fim, a constatação, a partir dos fósseis de amonites, de que a extinção entre o Cretáceo e o Terciário havia sido rápida e global (Ward, 1990). Em suma, “a hipótese do impacto asteroidal tornou-se a explicação amplamente aceita para a extinção dos dinossauros”, pois “das hipóteses disponíveis, ela forneceu a melhor unidade causal para esse diverso e enigmático corpo de vestígios [...]” (Cleland, 2002, pp. 482-483).

Cleland (2002) argumenta que temos aí itinerários bastante diferentes dos seguidos pelas ciências experimentais. Para começar, as ciências naturais históricas voltam-se para eventos pretéritos e singulares, enquanto que as experimentais, para *regularidades* entre *tipos* de eventos. Além disso, enquanto experimentadores reproduzem artificialmente um evento-tipo em um laboratório para obter evidências cruciais, os historiadores da natureza obviamente não são capazes de fazer o mesmo com seus eventos únicos e remotos; quando vão atrás de uma “arma fumegante”, estão “presos ao que a natureza já forneceu” e “devem ser bastante astutos para desenterrar evidências incriminadoras que estão geralmente bem escondidas no mundo caótico e incontrolável da natureza” (Cleland, 2002, p. 486). Por fim, a experimentação vai das causas para os efeitos, e sua difícil tarefa é evitar falsos positivos e falsos negativos, enquanto que investigações *ex post facto* caminham na direção contrária e se dedicam apenas a eliminar explicações alternativas (Cleland, 2002).

O caso da Hipótese Alvarez também demonstraria que as ciências históricas não são elucidáveis pelo modelo nomológico-dedutivo de explicação (Hempel, 1965). De acordo com o modelo, explicar um fenômeno é encontrar a lei geral e as condições iniciais

a partir das quais a ocorrência do fenômeno seria logicamente dedutível – o que reduz a noção de explicação à de um argumento válido. Encontrar a explicação de um fenômeno seria, nesses termos, o mesmo que ser capaz de prevê-lo. Mas em ciências históricas, mostra Cleland (2011), uma explicação não indica uma previsão, e isso por conta de seus objetos: quando investigamos longos intervalos de tempo, devemos esperar elevados graus de contingência e complexidade.

Decorre daí que uma hipótese histórica é incapaz de sempre prever que um determinado vestígio será um dia descoberto – e também que uma hipótese nunca é definitivamente desconsiderada por um historiador só porque uma de suas prováveis consequências empíricas nunca foi verificada. Ninguém havia demonstrado que a anomalia de irídio no limite K-T é consequência lógica da hipótese do impacto asteroidal antes da descoberta dos Alvarez; eles meramente “tropeçaram nela [*stumbled upon it*] enquanto exploravam uma outra questão” (Cleland, 2011, p. 558). No momento em que Cleland publicou seu artigo (2011), ainda não havia conhecimento para prever a anomalia a partir da hipótese:

Nossa compreensão atual da terra e da ciência planetária nos informa que existem demasiadas circunstâncias extenuantes e altamente plausíveis capazes de derrotar uma inferência de uma anomalia de irídio a partir de um impacto de um gigantesco meteorito, por exemplo, um meteorito pobre em irídio, dispersão de uma anomalia inicial de irídio por processos geológicos e amostras não representativas do limite K-T (nos quais afloramentos expostos são raros) (Cleland, 2011, pp. 558-559).

Podemos também imaginar circunstâncias em que uma hipótese rival sobre a causa da extinção dos dinossauros, por exemplo, a hipótese do contágio, seria compatível com a presente anomalia de irídio, e então concluir que essa evidência não tem o poder de refutá-la de forma definitiva:

como os cientistas envolvidos admitiriam prontamente, a presença de irídio frente ao conhecimento que já possuíam [*in the context of their background understanding*] sobre a história da Terra não fornece evidência de que os dinossauros não foram extintos por conta de uma epidemia pouco antes ou pouco depois do impacto (Cleland, 2011, p. 562).

A evidência desvelada pelos Alvarezes foi *apenas* um forte indício de que, no Cretáceo, tivemos um ou mais meteoritos, ou erupções vulcânicas em escala global, ou ambos, e, com o conhecimento que já possuíam, esses cientistas cogitaram que, *sob certas circunstâncias*, um desses fatores já era por si só capaz de produzir uma extinção em massa. Historiadores rejeitam uma hipótese, não porque ela é incongruente com alguma evidência, mas porque uma outra hipótese “faz um trabalho muito melhor de explicação do conjunto total de evidências disponíveis” (Cleland, 2011, p. 562).

Como essas observações dialogam com a psicanálise clínica? Bem, podemos ler em uma das apresentações clínicas de Freud observações muito parecidas com as de Cleland sobre a assimetria entre explicação e previsão, conquanto no âmbito do desenvolvimento psíquico:

[...] aqui nos apercebemos de algo que encontramos em muitos outros exemplos de esclarecimento psicanalítico de um processo mental. Quando seguimos o desenvolvimento em direção contrária, a partir do resultado final, surge-nos uma conexão sem lacunas, e nossa compreensão nos parece inteiramente satisfatória, talvez exaustiva. Mas se tomamos o caminho inverso, partindo de pressupostos achados mediante a análise e procurando segui-los até o resultado, falta-nos completamente a impressão de um encadeamento necessário, que não poderia ser determinado de outra forma. Logo notamos que o resultado poderia ter sido outro, e que o teríamos compreendido e explicado igualmente. Portanto, a síntese não é tão satisfatória como a análise; em outras palavras, não seríamos capazes de prever a natureza do resultado a partir do conhecimento das premissas (Freud, 1920/2011, pp. 143-144).

Em psicanálise clínica, assim como em ciências históricas, sejam elas humanas ou naturais, muito embora seja possível construir explicações sobre um vestígio, é impossível que delas derivemos previsões precisas sobre a existência de outros vestígios, ou mesmo leis precisas que valeriam para a categoria da qual faz parte o objeto da explicação. Assim como o planeta Terra e as culturas humanas, o desenvolvimento psíquico comporta um longo intervalo de tempo, repleto de contingência e complexidade. É impossível saber qual será a causa da próxima extinção em massa na Terra. Geólogos fornecem explicações minuciosas para os terremotos que já ocorreram, mas lhes escapam os recursos para a previsão dos que ainda ocorrerão (Cleland, 2011, p. 567). Historiadores não sabem dizer exatamente que tipo de situação política fomentará a próxima revolução

comunista. Há tantos fatores que podem se combinar para um sintoma psíquico não ocorrer e há sempre (ao menos nas considerações dos que não aderem a um determinismo radical) algum grau de liberdade na relação do ser humano consigo mesmo e com o mundo. Os episódios em que o pai de Jeffrey Dahmer o encorajou a explorar o corpo de animais mortos (Dahmer, 2021) certamente foram, em conjunto, uma relevante causa do desenvolvimento da sua perversão canibalesca, mas há razões para crer que tais episódios não fixaram seu destino: a interação deste com outros fatores mórbidos, como sua repressão sexual, bem como com a ausência de certos fatores salutares foi crucial para esse desenvolvimento. Ademais, não podemos derivar desse caso uma lei como a de que toda criança cujo pai encoraja esse tipo de prática desenvolverá uma perversão canibalesca⁸.

É possível enxergar similaridades mais primordiais entre a psicanálise clínica e o modelo de Cleland. Assim como o historiador, o analista busca explicar a recorrência de uma estrutura (nos comportamentos de seu paciente) através da hipótese de que todas as instâncias em que essa estrutura aparece fazem parte de uma mesma rede causal, isto é, influenciam-se mutuamente. O analista também formula hipóteses sobre os nós que amarram essas instâncias entre si e ao passado⁹ (as fantasias e os complexos do paciente ou, em termos mais modernos, seus esquemas emocionais¹⁰) – e também vai atrás daquele comportamento que reduzirá todas essas explicações a apenas uma, à melhor de todas elas. Um dos grandes objetivos de um analista é revelar “armas fumegantes”.

A filosofia da psicanálise, ao menos a de tradição inglesa, já vem ostensivamente atribuindo o Explicacionismo à psicanálise desde os anos 1980. James Hopkins (1988) foi um dos primeiros a fazê-lo em uma das mais influentes réplicas à crítica de Grünbaum. Hopkins argumenta que inferências em psicanálise clínica não podem ser avaliadas pelos parâmetros millianos, como queria Grünbaum, mas antes pelos de certa racionalidade

⁸Esse veto epistemológico relativo a previsões e leis em ciências históricas e em psicanálise clínica restringe-se, é claro, a previsões e leis *precisas*. Previsões e leis *vagas* são comuns nesses campos; são elas que fazem com que o investigador “tropece” em evidências relevantes em um tempo menor do que se buscasse por essas evidências arbitrariamente. Os cientistas que encontraram evidências para a hipótese do asteroide coletaram amostras do limite K-T; não sabiam exatamente o que encontrariam ali, mas sabiam que *algo* ali resolveria o enigma da extinção dos dinossauros. Do mesmo modo, um analista cujo paciente menciona a mãe, o pai, um sonho, uma fantasia sexual, etc., pede que o paciente fale mais sobre o tópico porque se baseia em “leis fracas” que ditam que, através desses tópicos, *algo* sobre seus sintomas será melhor esclarecido.

⁹No exemplo dos dinossauros, sabia-se que aquela concentração de irídio era encontrada apenas em vulcões e corpos celestes – um desses lugares comportaria o nó que ligaria todas as amostras do limite K-T entre si e ao passado.

¹⁰Ver Bucci (2021).

cotidiana. O procedimento pelo qual a mente do analista infere a causa de um comportamento seria comparável ao procedimento pelo qual qualquer mente humana infere a causa de um comportamento: transmitindo o conteúdo aparente do comportamento à descrição de uma entidade mental (um desejo, uma crença, um sentimento, etc.) e reconhecendo na última uma causa. Em ambas as situações, as características da causa são supostas a partir das características do efeito. Se uma pessoa bebe água, inferimos que a pessoa teve o desejo de beber água; se um paciente agenda sua sessão em um horário em que seria responsável por cuidar de seu filho, um analista infere que o paciente quer evitar algum sentimento envolvido nessa tarefa¹¹. A essência entre esse hábito cognitivo do senso comum e os da psicanálise clínica seria a mesma. A diferença residiria apenas na maior sofisticação teórica e técnica no lado da psicanálise: o analista presta atenção a uma irrestrita diversidade de comportamentos do paciente, incluindo sonhos, sintomas, piadas, etc., infere motivações a partir de um amplo conjunto de comportamentos, busca compatibilidade entre todas as motivações prováveis do paciente, conta com a vigência de mecanismos de simbolização e distorção, etc. Hopkins (1988) argumenta que, se as inferências do senso comum são cogentes independentemente de sua rejeição dos cânones millianos – na medida em que são inferências à melhor explicação –, então a psicanálise também é cogente e Grünbaum está errado em menosprezar o caráter indiciário de uma afinidade temática em um contexto de inferência etiológica.

Também Michael Michael (2008, 2015, 2019) insere a psicanálise clínica no escopo da Inferência à Melhor Explicação. Em um livro dedicado à teoria freudiana dos sonhos e em alguns artigos, o filósofo dá uma resposta geral e três específicas a Grünbaum. Seguindo o mesmo caminho que Hopkins (1988), ele defende que a psicanálise deve ser avaliada de acordo com os parâmetros de uma rigorosa abdução não-milliana, e que esta consiste em um tipo de inferência forte, aliás bastante frequente na prática científica. Especificamente, ele discute os ataques grünbaumianos ao uso da livre-associação do paciente como evidência etiológica, ao método psicanalítico de interpretação de sonhos, e às evidências a que Freud e Breuer recorreram para sua teoria da repressão, e argumenta que tais ataques dependem de uma desconsideração “muito rápida e peremptória” da Inferência à Melhor Explicação. O filósofo está, assim, alinhado

¹¹O primeiro exemplo é do próprio Hopkins (1988), o segundo foi inventado pelo autor deste artigo.

com os muitos autores que pensam que Grünbaum “entendeu mal tanto a racionalidade freudiana quanto a científica” (Michael, 2015, p. 118). Segundo ele,

o que frequentemente importa na inferência científica não é estabelecer uma relação lógica ou estatística entre a hipótese e a evidência, mas entender minimamente como aquele fato da hipótese faria surgir aquela evidência. Isso acontece especialmente nas ciências históricas, como a geologia, a paleontologia, e a biologia evolucionária, que frequentemente se ocupam de explicar um conjunto singular de dados através de um conjunto singular de eventos causais (Michael, 2015, p. 139).

Michael (2015) nos lembra de mais uma similaridade primordial entre ciências históricas e psicanálise clínica. De fato, todas elas são ciências do singular. Em todas elas, hipóteses gerais são invocadas para se elaborar hipóteses sobre processos únicos e irreprodutíveis. Os historiadores lidam com um evento antigo singular, os analistas, com uma dinâmica psíquica singular. Em sua elaboração de hipóteses sobre um paciente, um analista utiliza hipóteses gerais propriamente clínico-psicanalíticas, como a do Complexo de Édipo, bem como muitas outras vindas de outras disciplinas, como a antropologia e a neurobiologia, do mesmo modo que, no exemplo dos dinossauros, a paleontologia serviu-se de conhecimento geológico, químico e astrofísico.

Mas talvez a mais importante convergência entre a prática da psicanálise clínica e o modelo de Cleland esteja no princípio de que não basta que a estrutura de um vestígio seja recorrente para que se veja nela uma rede causal retrospectiva. Assim como o historiador, o analista tende a notar, ou deve tender a notar, apenas a recorrência das estruturas mais *peculiares*, das mais *improváveis* – das que contrastam mais ou menos com os padrões da cultura à qual o paciente pertence ou com os outros comportamentos do paciente ao longo de sua vida. Benjamin Rubinstein (1975) já havia identificado esse princípio na psicanálise clínica há quase meio século. Segundo ele, analistas, em sua busca por *explananda*, rastreiam os comportamentos atípicos de um paciente tanto comparando-o a ele mesmo (“*self-atypical*”) quanto ao grupo do qual ele faz parte (“*group-atypical*”). “Uma vez que aprendemos a conhecer uma pessoa”, disserta ele, “os desvios de seu comportamento habitual [*self-typical behaviour*] não são difíceis de reconhecer”; por exemplo, “se uma pessoa, até onde sabemos, foi a vida toda tímida e retraída, então o fato de ela subitamente se tornar um tanto extrovertida certamente

chamará nossa atenção” (Rubinstein, 1975, p. 8). Quanto ao conhecimento sobre comportamento culturalmente desviante (“*group-atypical*”), ele seria adquirido

por cada um de nós quando às voltas com a tarefa de viver, o que inclui ler, lidar com pessoas de variados tipos e de variados modos (inclusive ao viver com algumas delas), relatos, viagens, etc.. Esse conhecimento (que dificilmente se estende para todos os grupos e subgrupos da espécie) toma a forma de *generalizações rudimentares* sobre os *intervalos* de comportamentos “normais”. Parece seguro assumir que cada forma de comportamento tem sua própria “norma” e cada “norma”, seu próprio intervalo, e que ambos podem variar de grupo para grupo (Rubinstein, 1975, p. 8).

Uma reclamação sobre o trânsito de São Paulo não convoca tanto a atenção do analista quanto, e aqui nos remetemos ao famoso caso de Freud, uma associação entre satisfação sexual, morte do pai e ratos. O espanto e o *eureka* dos paleontólogos não vieram do ferro, do potássio e de outros elementos ordinários no limite K-T, mas sim do seu nível de irídio até 1000 vezes mais alto que o dos depósitos imediatamente acima e abaixo dele. E, se isoladamente uma estrutura já é improvável, sua disseminação ou recorrência o é ainda mais.

4. Pirâmides e sintomas: o Bayesianismo das ciências históricas e da psicanálise clínica

Em sua crítica à psicanálise, Grünbaum (1989) argumenta que não estamos epistemologicamente autorizados a tomar uma afinidade temática em si mesma como índice de conexão causal, e que a fundamentação dos casos em que estamos assim autorizados reside em um confiável conhecimento de fundo (“*background knowledge*”) (ver Tannous, 2021). Um dos exemplos do filósofo é o de um conjunto de depressões na areia a partir das quais um turista infere que pessoas caminharam por ali (uma versão menos glacial do exemplo de Lipton citado antes neste artigo): a inferência do turista seria cogente porque ele aprendeu, ao longo de todas as ocasiões em que observou areias e praias, que depressões como aquelas nunca foram causadas pela ação do vento. Em um caso como o do Homem dos Ratos, diz Grünbaum, Freud não teria se valido de um confiável “*background knowledge*” como esse, e portanto não poderia ter imediatamente descartado a hipótese de que as afinidades temáticas identificadas nos produtos mentais

do paciente fossem frutos do acaso. Ora, o tiro de Grünbaum sai aí pela culatra. Com seus exemplos, ele mesmo nos ajuda a ver que há, sim, “*background knowledge*” nas inferências da psicanálise clínica.

Estamos em uma praia e vemos uma pequena cavidade com a mesma forma que a de um pé ou um sapato humano. Trata-se de uma forma bastante específica: com seus tantos detalhes, a cavidade não se parece com nada além de com um pé ou sapato humano. Na mesma praia, muitas cavidades com essa forma fazem com que essa especificidade se torne múltipla. Nesse caso, *nem temos que pensar muito* sobre as danças que o vento é capaz de executar com a areia para inferirmos que a causa daquele padrão não foi o vento; para inferirmos que por ali, muito provavelmente, caminhou, como diria o filósofo, um “bípede implume”. Isso porque aquela multiplicidade de depressões específicas nos remete *imediatamente*, e muitas vezes *inconscientemente*, a dois fatos: (1) há inúmeros fatores que podem produzir depressões na areia, entre os quais podemos incluir pessoas e o vento, mas também as pedras que este pode carregar, as ondas que nela quebram, os animais que por ela passam, etc.; (2) estaríamos diante de um evento extremamente raro caso qualquer fator que não a presença de humanos produzisse aquele padrão. A inferência de uma rede causal a partir de uma *especificidade múltipla* é, portanto, uma *heurística*, isto é, um atalho cognitivo. Do mesmo modo, satisfação-sexual-produz-morte-do-pai-por-tortura-militar-com-roedores não é um pensamento que surgia cotidianamente em jovens vienenses no início do século XX (ou em qualquer tipo de população, na verdade). Se há muitas versões de uma estrutura tão específica quanto essa na vida mental de um paciente, qualquer psicólogo clínico está epistemologicamente autorizado a concluir que as versões conectam-se causalmente umas às outras. A existência de um pleno acaso, aqui, também está longe de ser uma hipótese atraente.

A inferência de presença humana a partir de depressões na areia, a de memórias infantis a partir de ideias obsessivas, a da dizimação de dinossauros por asteroides ou vulcões a partir de uma profusão de irídio no limite K-T: todas essas inferências se conectam pela natureza de suas justificações. O historiador, o psicanalista e o turista de Grünbaum contam com uma estimativa, mais ou menos inconsciente, sobre a probabilidade da estrutura em questão existir na realidade *independentemente* da hipótese que tenta explicá-la, isto é, independentemente de certo evento recente ou remoto ou de certa fantasia ou complexo. Se essa probabilidade se mostrar baixa, a hipótese do evento ou do esquema mental passa a ser mais verdadeira do que era antes.

Eis aí um raciocínio *bayesiano*, utilizado na computação e em diversas ciências empíricas, incluindo aí as históricas. O adjetivo se refere ao pastor e matemático Thomas Bayes e ao famoso teorema de sua autoria que descreve como o advento de uma determinada evidência modificaria a probabilidade de que uma determinada hipótese seja verdadeira. O teorema estabelece que a probabilidade de que uma hipótese seja verdadeira é diretamente proporcional a quanto uma evidência encontrada é consistente com a hipótese e com tudo o que se sabe até então, e inversamente proporcional a quanto a evidência encontrada é consistente com tudo o que se sabe até então *independentemente da hipótese*. Bayes representou o teorema através da seguinte equação (Tucker, 2004):

$$\Pr(H|E\&B) = \Pr(E|H\&B) \times \Pr(H|B) \Pr(E|B)$$

$\Pr(H|E\&B)$ significa a probabilidade (\Pr) de uma hipótese (H) considerando (I) o advento de determinada evidência (E) e o conhecimento de fundo anterior ao advento dessa evidência (B , de *background knowledge*), ou simplesmente “a probabilidade *a posteriori* da hipótese”. $\Pr(E|H\&B)$ indica a probabilidade da evidência dada a hipótese e o conhecimento de fundo anterior ao advento da evidência. $\Pr(H|B)$ é a probabilidade *a priori* da hipótese. Finalmente, $\Pr(E|B)$ expressa a probabilidade da evidência considerando apenas o conhecimento de fundo, também chamada de “expectância”. No contexto da historiografia, “ E ” geralmente indica as “similaridades entre duas ou mais fontes independentes tais como documentos, restos materiais, espécies, e linguagens”, e “ B ”, “teorias bem estabelecidas e historiografias anteriores ao conhecimento da evidência [...]” (Tucker, 2004, pp. 96-97).

A equação bayesiana descreve que, se encontrarmos evidências para uma hipótese, a probabilidade de que ela seja verdadeira, considerando tudo o que sabemos então – $\Pr(H|E\&B)$ –, é igual a: o quanto nossa evidência é consistente com nossa hipótese e com o conhecimento que tínhamos antes de encontrarmos a evidência – $\Pr(E|H\&B)$ – multiplicado pelo quanto a hipótese já era fundamentada antes, ou independentemente, do advento da evidência – $\Pr(H|B)$ –, dividido por quão frequente seria a evidência independentemente da efetividade da nossa hipótese – $\Pr(E|B)$. A equação nos diz que a probabilidade posterior da hipótese será mais alta que sua probabilidade anterior dada a evidência apenas se $\Pr(E|H\&B)$ for maior que $\Pr(E|B)$. Ela também nos diz que a probabilidade de a nossa hipótese ser verdadeira aumenta com o valor de $\Pr(E|H\&B)$ apenas se a probabilidade anterior da hipótese for maior que $\Pr(E|B)$.

Como já sugerimos, Tucker (2004) afirma que o Explicacionismo é a base dos métodos historiográficos, e nesse ponto ele concorda com Cleland. Mas ele complementa a filósofa: trata-se, mais especificamente, de um Explicacionismo *bayesiano*. Ele argumenta que “certa interpretação da lógica bayesiana é a melhor explicação das práticas efetivas [*actual*] dos historiadores [da sociedade, da natureza e da linguagem]” (Tucker, 2004, p. 96). Os críticos do Bayesianismo, em particular de sua pertinência para o entendimento das engrenagens da inferência científica, dizem que “é difícil quantificar e computar a expectância da evidência” (Tucker, 2004, p. 99). Complementamos: também é difícil quantificar e computar os outros componentes da fórmula. Outra acusação levantada contra o Bayesianismo clássico, ele nos conta, viria da historiografia das ciências: a fórmula do reverendo não refletiria o trabalho dos cientistas, já que eles “raramente consideram os méritos de uma hipótese em isolado” (Tucker, 2004, p. 99). Alguns epistemólogos sugeriram, então, que a fórmula fosse adaptada para servir à estimativa das probabilidades *relativas* de um conjunto de hipóteses rivais.

Tucker (2004) cita Elliot Sober (1988) – que, aliás, Grünbaum também cita em sua crítica à psicanálise (Grünbaum, 1989) – como um dos que interpretaram a comparação de probabilidades em um conjunto de hipóteses rivais como a eleição de qual dentre elas seria a *melhor explicação* da evidência, uma interpretação do Bayesianismo “na tradição de Peirce (1957), que propôs que cientistas não avaliam explicações de acordo com critérios independentes ideais, mas as comparam umas às outras no que ele chamou de ‘abdução’” (Tucker, 2004, p. 99). De fato, o mais notável dos formalizadores do Explicacionismo, o já citado Peter Lipton (2004, pp. 106-107), defende que os dois modelos em questão são “não apenas [...] compatíveis, mas [...] [também] complementares”. O Explicacionismo assistiria o Bayesianismo ao mostrar como hipóteses são geradas, que evidências são relevantes para a avaliação dessas hipóteses, e como atribuir valores aos componentes do teorema.

Tucker (2004) ilustra sua tese com um caso famoso de teste historiográfico. Diante da descoberta de pirâmides tanto na civilização egípcia quanto na asteca, alguns pesquisadores levantaram a seguinte questão: uma vez que uma construção tão peculiar, quando a pirâmide surgiu em ambas as civilizações, teria já havido algum tipo de influência entre elas ou entre seus precursores culturais? A probabilidade de um contato cultural dadas as pirâmides, $Pr(H/E\&B)$, seria extremamente baixa, por duas razões complementares: o valor de $Pr(H/B)$ nesse caso é extremamente baixo, uma vez que nunca havia surgido outro tipo de evidência a favor desse contato; e o valor de $Pr(E/B)$

nesse caso é muito mais alto que o de $Pr(E/H\&B)$, uma vez que a hipótese de desenvolvimentos culturais separados explicaria essa afinidade temática muito melhor que a hipótese de contato. O nível de tecnologia arquitetônica em que essas civilizações se encontravam não incluía colunas ou arcos, e a configuração mais estável para uma construção sem colunas ou arcos, segundo as leis da física, é a de pirâmide. É esperado, portanto, que a configuração seja encontrada em construções de diferentes civilizações com esse nível de tecnologia arquitetônica *independentemente* de ter ocorrido algum contato entre elas (Tucker, 2004).

É claro que, caso as pirâmides astecas e egípcias fossem parecidas em aspectos menos genéricos – em dimensões e adornos, por exemplo – os historiadores ficariam intrigados e não dariam a questão por encerrada. Se o paciente que mora em São Paulo reclama do trânsito dessa cidade por duas ou três vezes em alguns meses, por exemplo, seria pouco racional da parte do analista buscar nessa repetição uma motivação inconsciente. Mas essa reclamação pode se revelar elemento de uma estrutura complexa, na qual o paciente sustenta a ideia de que pessoas e situações sempre atrapalham sua rotina, atrasam a conclusão de suas metas, etc., e na qual essa ideia sustenta um tipo relativamente raro de interação erótica, etc. Nesse caso, o analista consideraria a hipótese de que essa repetição revela uma vinculação causal em vez de um produto do acaso, já que tratar-se-ia de uma repetição não-ordinária – o valor $Pr(E/B)$ seria baixo e o de $Pr(E/H\&B)$, elevado.

De modo tímido, porém claro, Freud (1901/2021) mesmo sugere, em *A psicopatologia da vida cotidiana*, que noções de probabilidade podem nos ajudar a apreciar o trabalho de um analista. Ao fim da discussão sobre o esquecimento da palavra “*aliquis*” por AJ, este interpela Freud: todas aquelas conexões apontadas por ele não poderiam ser obra do acaso? Freud responde: ele mesmo podia julgar se todas aquelas conexões podiam mesmo ser explicadas pela ideia de acaso, mas casos parecidos que ele analisasse o levariam a “obras do acaso” igualmente extraordinárias. Décadas depois, Freud (2021) insere nesse ponto uma nota de rodapé na qual cita o uso que Eugen Bleuler faz de sua análise do lapso de AJ para determinar *matematicamente* a credibilidade das interpretações psicanalíticas:

Essa pequena análise recebeu muita atenção na literatura sobre o tema e gerou vivas discussões. Com base nela, Eugen Bleuler procurou estabelecer matematicamente a credibilidade das interpretações psicanalíticas e chegou à

conclusão de que ela [a psicanálise] tem maior valor de probabilidade do que milhares de “conhecimentos” médicos não questionados e que sua posição especial se deve apenas ao fato de que ainda não estamos acostumados a levar em consideração probabilidades psicológicas na ciência (E. Bleuler, *Das autistisch-undisziplinierte Denken in der Medizin und seine Überwindung*, Berlim, 1910) (Freud, 2021, p. 27).

Como Bleuler, Dalbiez (1947, p. 114) trouxe o conceito de probabilidade para o campo da psicanálise clínica:

Se, em vez de um sintoma único, dispõe-se de uma série de sintomas, que apresentam um elemento comum, a probabilidade de uma causa semelhante a esse elemento comum será mais ponderável. Nesse caso o critério de convergência vem apoiar o critério de semelhança.

Seriam estes os ancestrais de uma psicanálise bayesiana?

O que sabemos é que seus descendentes sobreviveram até o nosso século. Michael (2008, 2015), Kevin Lynch (2014) e Erikson Kaszubowski (2016) demonstram que a psicanálise clínica é de fato uma arena para cálculos probabilísticos. Michael (2008) demonstra, com recursos da matemática, que a interpretação de um sonho pelo método psicanalítico é mais provável: (1) quanto mais marcantes (*striking*) as conexões que estabelece; (2) quanto maior o número de elementos oníricos que ela unifica; e (3) quanto mais curta a cadeia de associações que ela explora. Anos depois, Michael parece definir sua noção de conexão marcante (“*striking connection*”) através da noção de “similaridade distintiva” (“*distinctive similarity*”): “a similaridade distintiva ocorre quando um pensamento associado [em um processo de livre associação] é similar a um elemento onírico em um grau incomum de detalhamento [“*in uncommon detail*”] e alto de precisão” (Michael, 2015, p. 90). Em um artigo que esclarece e expande os argumentos de Michael, Lynch (2014) relaciona essa sua noção à *raridade* do elemento afim que sustenta a conexão. Mais recentemente, o brasileiro Kaszubowski (2016) propôs um modelo de inspiração bayesiana para estabelecer um elo mais rigoroso entre associações livres de pacientes e as hipóteses clínico-psicanalíticas que delas partem; para avaliar seu modelo, ele utilizou a transcrição de 47 sessões psicanalíticas do mesmo paciente.

Através de autores antigos e novos, vislumbramos o quanto a fundamentação epistemológica da psicanálise clínica através de um Explicacionismo bayesiano é

promissora. Sua exploração muito provavelmente gerará bons frutos epistemológicos para essa província teórica e terapêutica que tanto influencia o estudo da mente humana até hoje. Seja como for, a comparação que fizemos entre ela e as ciências históricas foi a condição para que esse vislumbre se tornasse tão denso quanto a fumaça que sai de um revólver recém-utilizado – e tão denso quanto o *B* do famoso teorema.

5. Conclusão

Vimos que tanto a psicanálise clínica quanto as ciências históricas, humanas ou naturais, inferem relações causais do passado, seja ele remoto ou recente, a partir de peculiares recorrências do presente, e que, portanto, as fundamentações epistemológicas já dadas às ciências históricas podem auxiliar a psicanálise clínica em sua busca pelas suas próprias. Vimos, mais especificamente, que esse tipo de inferência consiste em levantar explicações possíveis para os dados à disposição e sair em busca de mais dados em locais e contextos promissores até que uma dessas explicações se mostre a mais abrangente e adequada; que ele envolve a estimativa de probabilidades, mesmo que rústica e implicitamente; que esse processo se justifica pelo caráter único e irreprodutível dos eventos sobre os quais se debruça e que é, portanto, bastante diferente do realizado por cientistas experimentais; que esse esclarecimento causal não autoriza a propositura de leis e previsões inequívocas devido ao caráter contingente e complexo dos objetos históricos. Informamos que esse modelo de inferência já tem um nome – Explicacionismo bayesiano – e sugerimos que há ainda muito a explorar sobre sua ligação à teoria e à prática da psicanálise clínica.

Discussões como esta são importantes porque afastam juízos infecundos sobre a cientificidade da psicanálise. Por um lado, elas revelam possíveis objeções a críticas positivistas sobre o método psicanalítico. A partir de nossa comparação, respondemos, por exemplo, a uma parte da mais influente crítica desse tipo, a de Grünbaum, já que ela revela uma lógica própria do método psicanalítico que preclui aquelas errôneas atribuições de teias motivacionais inconscientes a semelhanças entre produtos psíquicos. Por outro lado, elas também afastam a comunidade psicanalítica de posições anarquistas sobre seu método. Persiste nessa comunidade uma retórica na qual se retrata o método psicanalítico enquanto radicalmente singular em relação a todos os outros métodos científicos. Segundo Simanke e Caropreso (2016), essa retórica excepcionalista cumpre uma função de desconhecimento tanto direta, ao fomentar uma idealização do campo,

quanto indireta, ao fornecer, com essa idealização, uma poderosa munição para seus difamadores.

A busca da psicanálise clínica por seus elos epistemológicos perdidos no tempo torná-la-á uma ciência menos neurótica? Veremos. Se passar de caçadora-coletora para agricultora de modelos epistemológicos, é provável que sinta, sim, algum mal-estar, mas é também provável que gere algumas espécies de frutos mais doces e mais resistentes.

6. Referências

- Alexopoulos, J. S., Grieve, R. A. F. & Robertson, P. B. (1988). Microscopic lamellar. Deformation features in quartz: Discriminative characteristics of shock-generated varieties. *Geology*, 16, pp. 796–799.
- Bleuler, E. (1921). *Das autistisch-undisziplinierte Denken in der Medizin und seine Überwindung*. Berlin, Germany: Verlag von Julius Springer.
- Bohor, B. F., Foord, E. E., Modreski, P. J. & Triplehorn, D. M. (1984). Mineralogic evidence for an impact event at the Cretaceous-Tertiary Boundary. *Science*, 224, 867–869.
- Bucci, W. (2021). *Emotional communication and therapeutic change: Understanding psychotherapy through Multiple Code Theory*. (W. F. Cornell, Ed.). London, England and New York, NY: Routledge Taylor & Francis Group.
- Cleland, C. E. (2002). Methodological and epistemic differences between historical science and experimental science. *Philosophy of Science*, 69(3), 447–451.
- Cleland, C. E. (2011). Prediction and explanation in historical natural science. *British Journal for the Philosophy of Science*, 62, 551–582.
- Dahmer, L. (2021). *A father's story*. Brattleboro, VT: Echo Point Books & Media, LLC.
- Dalbiez, R. (1936). *O método psicanalítico e a doutrina de Freud (Tomo II: Discussão)*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, 1947.
- De Saussure, R. (1925). Remarque sur la technique de la psychanalyse freudienne. *L'Evolution Psychiatrique*, 1, 37-54.
- Freud, S. (1895). A etiologia da histeria. In: S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Primeiras publicações psicanalíticas* (pp. 189-215). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2006.
- Freud, S. (1901). *Psicopatologia da vida cotidiana*. In: S. Freud, *Obras completas, Volume 5: Psicopatologia da vida cotidiana e Sobre os sonhos (1901)* (pp. 13-376). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2021.

- Freud, S. (1920). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In: S. Freud, *Obras completas, Volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 114-149). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: S. Freud, *Obras completas, Volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 13-122). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história* (pp. 143-179). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Glover, E. (1952). Research methods in psycho-analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 33, 403–409.
- Grünbaum, A. (1989). Why thematic kinships between events do not attest their causal linkage. In: R. S. Cohen (Ed.), *An intimate relation: Studies in the history and philosophy of science* (pp. 477–494). Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Grünbaum, A. (1993). *Validation in the clinical theory of psychoanalysis: A study in the philosophy of psychoanalysis*. Madison, CT: International Universities Press.
- Hopkins, J. (1988). Epistemology and depth psychology: Critical notes on “The foundations of psychoanalysis.” In P. Clark & C. Wright (Eds.), *Mind, psychoanalysis and science* (pp. 33–60). Oxford, England: Blackwell.
- Hughes, H. S. (1964). *History as Art and as Science*. New York, NY: Harper and Row.
- Kaszubowski, E. (2016). *Modelo de tópicos para associações livres* [Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina]. UFSC Repository.
- Langer, W. (1958). The next assignment *The American Historical Review*, 63, 283-304.
- Leavy, S. (1980). *The psychoanalytic dialogue*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lipton, P. (2004). *Inference to the best explanation* (2nd ed.). London, England and New York, NY: Routledge Taylor & Francis Group.
- Loewald, H. (1977). *Psychoanalysis and the history of the individual*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lynch, K. (2014). The vagaries of psychoanalytic interpretation: An investigation into the causes of the consensus problem in psychoanalysis. *Philosophia (United States)*, 42, 779–799.
- Meyerhoff, H. (1962). On Psychoanalysis as History. *Psychoanalytic Review*, 49, 3-20.

- Michael, M. T. (2008). On the validity of Freud's dream interpretations. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 39, 52–64.
- Michael, M. T. (2015). *Freud's theory of dreams: A philosophico-scientific perspective*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Michael, M. T. (2019). The case for the Freud–Breuer theory of hysteria: A response to Grünbaum's foundational objection to psychoanalysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 100(1), 32–51.
- Mosé, V. (2007). *Pensamento chão: Poemas em prosa e verso*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Novy, S. (1968). *The second look: The reconstruction of personal history in psychiatry and psychoanalysis*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Pullman, P. (2003). *His dark materials*. New York, NY: Yearling.
- Ricoeur, P. (1977). *Da interpretação: Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Ricoeur, P. (1991). Mon premier maître en philosophie. In: M. Léna (Org.), *Honneur aux maîtres* (pp. 221-225). Paris, France: Criterion.
- Rowling, J. K. (1999). *Harry Potter and the prisoner of Azkaban*. London, U.K.: Bloomsbury.
- Rubinstein, B. B. (1975). On the clinical psychoanalytic theory and its role in the inference and confirmation of particular clinical hypotheses. *Psychoanalysis & Contemporary Science*, 4, 3–57.
- Schafer, R. (1976). *A new language for psychoanalysis*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Schafer, R. (1978). *Language and insight*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Sigerist, H. (1935). Introduction. In: G. Zilboorg, *The Medical Man and the Witch in the Renaissance*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Simanke, R.T. & Caropreso, F. (2016). Hagiografia e difamação na história da psicanálise: as duas faces do excepcionalismo. In: E. R. Fonseca; F. V. Bocca; R. M. Almeida; Z. Loparic (Orgs.), *Pluralismo na psicanálise* (pp.11-27). Curitiba, PR: PUCPRESS.
- Solms, M. (2021). *The hidden spring: A journey to the source of consciousness*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- Tannous, H. (2021). A crítica de Grünbaum à psicanálise: Um panorama. *Eleuthería - Revista Do Curso De Filosofia Da UFMS*, 6 (Especial), 244-276. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/13094>

- Tucker, A. (2004). *Our knowledge of the past: A philosophy of historiography*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Wallace, E. R. (1985). *Historiography and causation in psychoanalysis: An essay on psychoanalytic and historical epistemology*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press and Lawrence Erlbaum Associates.
- Walsh, W. (1958). *Philosophy of history: An introduction*. New York, NY: Harper and Brothers.
- Ward, P. D. (1990). The cretaceous/tertiary extinctions in the marine realm. In: B. Sharpton & P. Ward (eds.), *Global catastrophes in Earth history* (pp. 425-432). Boulder, CO: Geological Society of America.
- Wolman, B. (1971). Sense and nonsense in history. In: B. Wolman (Ed.), *The psychoanalytic interpretation of history*. New York, NY: Basic Books.